



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS - EJA

MARIO HENRIQUE DO NASCIMENTO

AVALIAÇÃO ESCOLAR E O PAPEL DO CONSELHO DE CLASSE: O
CASO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA-
PR

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

LONDRINA
2013

MARIO HENRIQUE DO NASCIMENTO

**AVALIAÇÃO ESCOLAR E O PAPEL DO CONSELHO DE CLASSE: O
CASO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE LONDRINA–
PR**

Monografia de especialização apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Prof^a Ms. Suseli Cristiane Alves Camilo

LONDRINA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

Esta monografia foi apresentada às _____

Do dia ___/___/2013 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação a Banca Examinadora considerou o trabalho

(Aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado)

Profº XXXXXXXX

Profº XXXXXXXX

Profº XXXXXXXX

Profº XXXXXXXX

Visto da coordenação

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador de tudo e de todos pelo privilégio da existência.

A minha mãe pelo seu amor incondicional e que o criador de tudo a abençoe com muita saúde.

A minha esposa pela compreensão, paciência e seu companheirismo até na minha ausência.

A minha Orientadora por assumir a orientação deste trabalho contribuindo com seu conhecimento.

A todos os professores desta instituição e aos colegas que dividiram comigo suas experiências e conhecimentos.

A todas as pessoas que colaboraram com a realização deste trabalho de alguma maneira. Meus sinceros agradecimentos.

NASCIMENTO, Mario Henrique do. **Avaliação escolar e o papel do conselho de classe: o caso das escolas estaduais do município de Londrina– PR.** 2013. 35f. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos - EJA), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina - PR, 2013.

RESUMO

O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo que possibilita a avaliação do educando, do processo ensino e aprendizagem e da prática docente. Além disto, permite a análise dos avanços e dos obstáculos orientando a retomada e reorganização da ação educativa. Este trabalho surgiu da necessidade de saber se o conselho de classe é utilizado para discutir o real papel das avaliações a partir de um contexto de gestão democrática. O objetivo deste trabalho foi investigar práticas avaliativas de professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos em relação ao Projeto Político Pedagógico e confrontar com os documentos oficiais e referências escolhidas Para isto foi realizada uma pesquisa nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação, documentos oficiais do governo federal e estadual, Projeto Político Pedagógico, livros, artigos científicos, periódicos e revistas. Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo através de um questionário com quatro perguntas abertas aplicado a uma amostra de dez professores que atuam em três escolas do Núcleo Regional de Educação de Londrina. Concluiu-se que o papel da avaliação é a tomada de atitudes que favoreçam a aquisição do conhecimento apreendido no processo pedagógico. Portanto, pensando no real propósito da avaliação para tomada de atitudes que favoreçam a aquisição do conhecimento apreendido no processo pedagógico, se insere o Conselho de classe que representa o movimento de totalidade de organização do trabalho na escola, sendo um dos componentes chaves para tomadas de atitudes e decisões para a recondução da prática pedagógica

Palavras-chaves: Conselho de Classe. Avaliação. Educação de Jovens e Adultos.

NASCIMENTO, Mario Henrique do. **School assessment and the role of the professional council: the case of state schools in the city of Londrina. PR.** 2013. 35f. Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos - EJA), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina - PR, 2013.

ABSTRACT

The Class Council is a consultative and deliberative allowing evaluation of the student, the teaching and learning process and teaching practice. Furthermore, it allows the analysis of the trends and obstacles guiding the reorganization and resumption of educational activities. This work arose from the need to know if the class council is used to discuss the role of real reviews from a context of democratic management. The aim of this study was to investigate assessment practices of teachers working in Education for Youth and Adults in relation to Political Pedagogical Project and confront the official documents and references chosen for this research was carried out in the Laws of Guidelines and Bases of Education official documents federal and state Political Pedagogical Project, books, papers, periodicals and magazines. In addition, we carried out a field survey using a questionnaire with four open questions applied to a sample of ten teachers working in three schools of Regional Education Center in Londrina. It was concluded that the role of evaluation is taking action to encourage the acquisition of knowledge acquired in the educational process. So, thinking in the real purpose of the evaluation stage for taking action to encourage the acquisition of knowledge acquired in the educational process, the Council is part of the class that represents the movement of the whole organization of work at school, being one of the key components for decision attitudes and decisions for the renewal of pedagogical practice

Keywords: Class Council. Evaluation. Youth and Adults.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

SAEP - Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná

EJA - Educação de Jovens e Adultos

SEED – PR - Secretaria de Estado da Educação do Paraná

PPP - Projeto Político Pedagógico

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	OBJETIVOS	10
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	ENSINO DE QUALIDADE	12
2.2	PAPEL DO CONSELHO DE CLASSE.....	14
2.3	O PAPEL DA AVALIAÇÃO NA PRÁTICA DOS PROFESSORES NAS ESCOLAS PÚBLICAS.....	17
3	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	20
3.1	SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS NA EJA	21
3.1.1	Sistema coletivo	22
3.1.2	sistema individual.....	22
3.1.3	Avaliação na EJA.....	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA	25
4.1	CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ..	25
4.2	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ADOTADOS E AS AÇÕES DIANTE DOS QUE NÃO ALCANÇARAM DESEMPENHO SATISFATÓRIO	27
4.3	A REPROVAÇÃO DOS ALUNOS É RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR DA DISCIPLINA OU É DISCUTIDA NO CONSELHO DE CLASSE	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
	APÊNCICE	38
	APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	39

1 INTRODUÇÃO

A importância da avaliação e de seus procedimentos têm variado no decorrer dos tempos, sofrendo a influência da valorização que se acentuou em cada época, e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Atualmente, a avaliação é considerada um dos resultados do ensino e aprendizagem. É uma questão político pedagógica e deve contemplar as concepções filosóficas de homem, de educação e de sociedade, o que implica em uma reflexão crítica e contínua da prática pedagógica da escola e sua função social (NASCIMENTO; BASSANI, PINEL, 2009).

Conforme o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases *da Educação* (LDB) a verificação do rendimento escolar deverá observar o seguinte critério: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (BRASIL 1996).

Além disso, a Deliberação n.º 007/99 do Conselho Estadual de educação também orienta que para a avaliação deve prevalecer os aspectos. As notas dos alunos devem ser resultado de discussões em torno dos critérios de avaliação e expressar o que foi aprendido no processo pedagógico (PARANÁ, 1999).

Para a Secretaria Estadual de Educação do Paraná quem define os critérios avaliativos, os quais, segundo a legislação vigente, devem constar no regimento escolar, é o próprio estabelecimento de ensino representado pelos profissionais que nele atuam. Na perspectiva da concepção de educação voltada para a escola pública, estes critérios devem ser, não somente respaldados na legislação, como definidos coletivamente num processo democrático.

O processo de tomada de decisões do coletivo que ocorre na escola, especialmente no que se refere ao resultado final que avalia o desempenho processual do aluno, é definido no Conselho de Classe (PARANÁ, 2013, p. 02).

O objetivo central da avaliação, como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, não é promover ou reter o aluno, uma vez que, a cada realização, subsidia e redimensiona os objetivos e as estratégias desse processo tanto para o professor quanto para o aluno (ROCHA, 2009).

O erro do aluno pode apresentar no processo avaliativo. O erro deve ser utilizado para a construção do conhecimento na medida em que o professor reconhece o trabalho do aluno e, ao mesmo tempo, retorne sobre seu desempenho e o entendimento do erro como integrante da aprendizagem (PARANÁ, 2008).

Os sistemas de avaliações nacional e Estadual: o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), SAEP (Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná) cumprem a função de traçar para professores, pesquisadores e para a sociedade, em geral, um panorama da situação da educação brasileira. Estes sistemas cumprem um papel social relevante na medida em que trazem subsídios para a construção de uma escola de melhor qualidade (OLIVEIRA, SOUZA 2007).

Neste contexto, o Conselho de Classe é tido como um órgão consultivo e deliberativo o qual possibilita a avaliação do educando, do processo ensino-aprendizagem e da prática docente. Permitindo a análise dos avanços e dos obstáculos, orientando a retomada e reorganização da ação educativa. Em virtude disso, no Estado do Paraná é valorizado o processo de gestão democrática, permitindo que os Conselhos de Classe sejam atores importantes desse processo de avaliação do desempenho escolar dos alunos.

Por meio da Deliberação n 007/99, do Conselho Estadual de Educação, foram instituídos no Paraná, os Conselhos de Classe, como um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa. Sua finalidade é intervir em tempo hábil no processo ensino aprendizagem e indicar alternativas que busquem sanar as dificuldades e garantir aprendizagem dos alunos. A coleta e organização dos dados a sem analisados durante a reunião do colegiado é de responsabilidade da equipe pedagógica (PIZOLI, 2009, p. 02).

Portanto, a partir do tema O Papel dos Conselhos de Classe na Avaliação do Desempenho dos Alunos, é possível verificar como o processo de Gestão Democrática é implantado nas escolas estaduais do município de Londrina - PR.

A problemática que se pretende abordar surgiu da necessidade de pesquisar se o conselho de classe é utilizado para discutir o real papel das avaliações a partir de um contexto de gestão democrática.

Diante de tais comentários surge a seguinte questão: a forma como os Conselhos de Classe são conduzidos propiciam à comunidade escolar a compreensão da dimensão do processo de avaliação?

O que se pretende com este trabalho, não é discutir as formas de avaliação, mas sim, abordar o papel do Conselho de Classe na avaliação de desempenho dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em virtude disso, realizou-se uma pesquisa de campo com professores da rede pública de ensino estadual da cidade de Londrina.

Portanto, a pesquisa se faz necessária porque procura, a partir do relato de professores das Escolas Estaduais do município de Londrina, analisar o papel dos Conselhos de Classe na avaliação do desempenho escolar dos alunos e, como consequência, contribuir para o processo de gestão democrática do espaço escolar.

1.1 OBJETIVOS

Investigar práticas avaliativas de professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos em relação ao Projeto Político Pedagógico e confrontar com os documentos oficiais e referências escolhidas.

Abordar o papel do Conselho de Classe na avaliação de desempenho dos alunos a partir da legislação nacional e estadual. .

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia escolhida para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica sobre o papel dos Conselhos de Classe na avaliação do desempenho escolar dos alunos. A pesquisa foi fundamentada nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação, documentos oficiais do governo federal e estadual, livros, artigos científicos, periódicos e revistas de acesso digital ou não que abordasse o tema avaliação escolar e Conselho de Classe..

Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo, sendo o método qualitativo utilizado para a análise dos dados. A coleta de dados foi realizada através de um questionário (Apêndice A) com quatro perguntas abertas que foi aplicado a uma amostra de professores que pertencem a três escolas do Núcleo Regional de Educação de Londrina.

Primeiramente foram escolhidas as escolas, para isto foi utilizado o critério

das escolas estarem uma em cada região da cidade, depois estas escolas teriam que trabalhar com Educação de Jovens e Adultos. Destes critérios optou-se por escolher uma escola da região norte, uma da região central e outra da região leste da cidade. Quanto aos critérios para a escolha dos professores, adotou-se a necessidade do professor estar atuando na Educação de Jovens e Adultos atualmente, ou nos 2 últimos anos. Portanto, todos os professores têm experiência com EJA.

A apresentação dos resultados foi feita através de percentuais e análise qualitativa.

Aceitaram o convite para responder as quatro questões sobre o papel dos Conselhos de Classe na avaliação do desempenho escolar dos alunos 10 (dez) professores com vínculo de trabalho com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), especificamente na cidade de Londrina.

A primeira questão referiu-se ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e qual a concepção de avaliação presente neste documento. A segunda questão abordou o sistema de avaliação adotado pelo professor, e quais as ações frente aos alunos que não alcançaram o desempenho considerado satisfatório. A terceira questão pretendia analisar se existe dificuldade em reprovar o aluno que não atinge os objetivos. A quarta questão discutiu se a reprovação dos alunos é responsabilidade do professor da disciplina ou precisa ser discutida no Conselho de Classe.

Após a coleta de dados iniciou-se a análise qualitativa dos dados a partir da bibliografia relacionada às questões o papel dos Conselhos de Classe na avaliação do desempenho escolar dos alunos. No relato os professores serão identificados por letras alfabéticas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ENSINO DE QUALIDADE

O que se espera da escola de acordo com Mello (2002, p. 36) é que contribua para a qualificação da cidadania, que vai além da reivindicação da igualdade formal, para o exercício responsável da defesa de seus interesses. Aquisição de conhecimentos, compreensão de ideias e valores, formação de hábitos de convivência num mundo cambiante e plural devem ser entendidas como condições para que essa forma de exercício da cidadania contribua para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada.

A preparação para o exercício da cidadania implica no oferecimento de um ensino com qualidade, porque para ocupar um lugar digno na sociedade e para conquistar uma vaga de emprego são necessárias qualificações para sua aceitação social.

Para saber se o ensino é de qualidade, o governo lança mão de alguns indicadores que podem demonstrar a realidade de ensino nas escolas. Um dos principais é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que combina informações do desempenho dos alunos na Prova Brasil com as informações sobre o rendimento escolar, medido pelos índices de aprovação obtidos pelo censo escolar. A partir do IDEB, o MEC estabeleceu metas para as escolas, Municípios, Estados e Distrito Federal devendo-os atingir a cada dois anos até 2021. Através destas metas pretende-se que em 2021, a educação brasileira atinja um patamar de qualidade comparável aos países desenvolvidos (MESQUITA, 2012)..

Para isto, é necessário que as escolas e as Redes Públicas de Ensino se esforcem para melhorar seu desempenho em relação à aprendizagem dos alunos, tendo como referência as metas pré-estabelecidas. As metas são parâmetros para identificar os ganhos de aprendizagem e as melhorias das Redes de Ensino, e também para identificar o que precisa ser melhorado. As informações obtidas por meio do IDEB subsidiarão professores, diretores e secretários de educação a desenvolverem e colocarem em prática ações e políticas para a melhoria da qualidade da educação pública. Essas mesmas informações também orientam pais, responsáveis e a sociedade em geral a qualidade do ensino (BRASIL, 2013).

Demerval Saviani (2007) a partir da análise do Plano De Desenvolvimento Da Educação afirmou que o IDEB de acordo com representa avanço por demonstrar problemas da educação básica brasileira e permitir a aferição de resultados do processo ensino e aprendizagem a partir de dados relativos ao rendimento dos alunos, e com os dados de evasão e repetência possibilitando aferir, por um padrão comum, em âmbito nacional, os resultados de aprendizagem de cada aluno, e da escola. Além disto, o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos.

De acordo com Sampaio (2012) outro indicador é o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) que tem o objetivo de avaliar os estudantes de escolas públicas e particulares do Ensino Médio.

Além disso, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná promoveu a partir do dia 22 de novembro de 2012 O SAEP (Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná) que foi desenvolvido para medir a aprendizagem dos estudantes e para subsidiar os professores na prática docente, facilitando a formulação e o monitoramento de políticas educacionais. Os dados colhidos pelos indicadores da qualidade do ensino são utilizados pelo governo para definir políticas públicas educacionais (PARANÁ, 2012).

No entanto, a Secretaria de Educação do Paraná reforça que o acompanhamento dos índices nacionais, tais como IDEB (Índice de Desenvolvimento Educacional), Prova Brasil, tem somente o objetivo de diagnosticar escolas que apresentam maiores necessidades, sejam estruturais ou pedagógicas e envidar esforços para supri-las. Como exemplo, de esforços em melhorar a qualidade de ensino cita o PDE Escola, um programa nacional que toma o IDEB para disponibilizar maiores recursos financeiros às escolas que apresentam baixo rendimento (PARANÁ, 2013). Demerval Saviani em sua análise do Plano de Desenvolvimento da Educação afirma que:

O Plano assim como apresentado, não trás garantias de que as medidas propostas surtirão o efeito pretendido e esperado. Isto porque não estão claros os mecanismos de controle, permanecendo a possibilidade de que as administrações municipais manipulem os dados de modo a garantir o recebimento dos recursos, apresentando estatísticas que mascarem o desempenho efetivo, em detrimento, portanto, da melhoria da qualidade (SAVIANE, 2007, p. 1232).

A Secretaria Estadual de Educação assegura a autonomia dos

estabelecimentos de ensino em relação à construção dos seus projetos pedagógicos que fundamentam as decisões sobre sistema e critérios de avaliação. No entanto, acrescenta que não deve existir pressão por parte dos diretores ou mesmo Núcleos Regionais de Educação quanto à aprovação automática dos alunos. Além disso, salienta que a aprovação automática não está prevista nas políticas da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, tampouco na legislação vigente nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e ensino profissional (PARANÁ, 2013).

O processo de tomada de decisões que ocorre na escola, especialmente no que se refere ao resultado final o qual avalia o desempenho processual do aluno, é definido no Conselho de Classe (PARANÁ, 2013).

2.2 PAPEL DO CONSELHO DE CLASSE

Segundo Pizoli (2009), o Conselho de classe é um órgão colegiado instituído no Paraná pela Deliberação nº 007 de 1999/99, de natureza consultiva e deliberativa, com objetivo de intervir em tempo hábil no processo ensino e aprendizagem e indicar alternativas para sanar as dificuldades e garantir a aprendizagem dos alunos.

A Secretaria Estadual de Educação (SEED) do Paraná destaca que os Conselhos de Classe não fazem parte das políticas governamentais. Eles representam uma conquista histórica dos profissionais da educação, amparados legalmente na perspectiva da gestão democrática (PARANÁ, 2013).

No Paraná a Deliberação 16/99 normatiza o Conselho de Classe presente nos estabelecimentos de ensino do Estado. Já a Deliberação n.º 007/99 afirma que o Conselho de Classe quando instituído na instituição escolar deve acompanhar todo processo da avaliação, analisando e debatendo todos os componentes da aprendizagem dos alunos. Além disto, como instrumento democrático na instituição escolar, o Conselho de Classe garante o aperfeiçoamento do processo da avaliação, tanto em seus resultados sociais como pedagógicos (PARANA, 1999).

O Conselho de Classe configura-se como um espaço sistematizado e oficial para as discussões claras e abertas sobre os resultados do trabalho educativo, possibilitando a própria autoavaliação institucional escolar, a definição de necessidades e processos de formação continuada, a reorganização dos planos de trabalho de todos os profissionais e a alteração da organização escolar como um todo (NADAL, 2012, p 07).

As decisões tomadas por este coletivo são registradas em ata e validadas por todos os envolvidos, e não podem ser modificadas no gabinete do diretor isoladamente com o professor da disciplina. Casos em que há necessidade de revisão de resultados é necessário um novo Conselho e a reavaliação de todo o processo pedagógico (PARANÁ, 2013).

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED - PR) o Conselho de classe não se restringe à direção, à equipe pedagógica e aos professores. Sua legitimidade vincula-se às decisões tomadas em reunião própria com a direção, equipe pedagógica e os professores.

Na visão de Vasconcellos (1994), o Conselho pode ser utilizado como estratégia na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola. São organizados em reuniões durante o ano e podem participar professores, pedagogos, direção, alunos ou seus representantes, auxiliares de disciplina e pais, onde o foco principal deve ser o processo educativo. Nesse momento, devem ser apontadas as necessidades de mudança em todos os aspectos da escola assim como devem ser tomadas providências, registradas e avaliadas no Conselho seguinte.

Os Conselhos de Classe foram instituídos a fim de orientar os professores na avaliação permanente dos alunos para analisar as causas de rendimentos altos e baixos, criar condições de assistência aos alunos com dificuldades, aperfeiçoar o trabalho cotidiano do professor e desenvolver a avaliação contínua do próprio trabalho (DEBATIN, 2002, p. 16).

Para Marcon (2008) fica evidente que a avaliação é elemento cerne e foco central dos Conselhos de Classe e, portanto, precisa ser apresentado ao coletivo da escola em momentos de reflexões, ou estudos em busca de soluções e alternativas os quais permitam que os sujeitos envolvidos no processo educativo apresentem suas ideias e sugestões, sempre articulados por uma gestão democrática e participativa.

O Conselho de classe deve suscitar as decisões a respeito da recondução do processo ensino-aprendizagem. Como processo auxiliar de aprendizagem, ele deve refletir a ação pedagógica e não apenas se ater a notas ou problemas comportamentais de determinados alunos. Deve ser encarado como um momento e um espaço privilegiado para a realização de uma avaliação diagnóstica da ação pedagógico-educativa, onde professores, alunos e equipe pedagógica participem ativamente. O Conselho verifica se os objetivos, processos, conteúdos e relações estão

coerentes com a Proposta Pedagógica da escola, sendo também um instrumento de avaliação da mesma (PIZOLI, 2009, p. 03).

Este órgão foi instituído para orientar os professores na avaliação permanente dos alunos a fim de analisar as causas de rendimentos altos e baixos, criando condições de assistência aos alunos com dificuldades, aperfeiçoando o trabalho cotidiano do professor e desenvolvendo a avaliação contínua do próprio trabalho pedagógico. “Assim, a avaliação estaria subsidiando e constituindo o processo ensino-aprendizagem ao mesmo tempo em que poderia estar possibilitando a reconstrução da cultura avaliativa” (DEBATIN, 2002, p. 83).

Quando se discute o Conselho de Classe, discutem-se as concepções de avaliação escolar presentes nas práticas educativas dos professores. Neste sentido, a importância dos Conselhos de Classe e dos processos avaliativos da escola está nas possibilidades e capacidades de leitura coletiva da prática, bem como diante do reconhecimento compartilhado das necessidades pedagógicas, de modo a mobilizar esse coletivo no sentido de alterar as relações nos diversos espaços da instituição (OLIVEIRA, 2008, p. 04).

Portanto, a avaliação é um dos focos do Conselho de Classe que busca a construção de um sistema educacional verdadeiramente democrático, capaz de preparar o aluno para a o exercício da cidadania. Nesse sentido, será discutido o papel da avaliação no processo ensino e aprendizagem.

Para Demo (2010), foi-se o tempo em que somente se falava mal da avaliação, porque se dizia que era ideia neoliberal. No entanto, atualmente é possível perceber que, mesmo sendo trambique neoliberal, avaliar é imprescindível para cuidar da aprendizagem dos alunos. O que se discute hoje em dia é como fazer de maneira adequada, pedagógica, e não evitar e maldizer.

Portanto, a educação atualmente, exige outras competências para os educandos. Este é um novo momento de pensar a avaliação. Porém, não se deve esquecer que ela ainda constitui um dos pilares do processo de ensino e aprendizagem, pois representa e possibilita o acompanhamento do aluno e do processo educacional como um todo.

2.3 O PAPEL DA AVALIAÇÃO NA PRÁTICA DOS PROFESSORES NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Conforme Giancaterino (2011) o conceito de avaliação é abrangente e pode contextualizar descrições qualitativas e quantitativas da atuação do aluno no ambiente escolar, sendo que é capaz de emitir julgamento de valor no que se refere às metas que foram propostas. No entanto, é necessário desenvolver uma série de ações sistemáticas que visam buscar fins comuns.

De acordo com Carrion e Nogaro (2007) o campo conceitual da avaliação se constitui historicamente e se transforma conforme os movimentos e as mudanças dos fenômenos sociais. Sua conjuntura e sua formulação afetam as possibilidades e as necessidades de escolha, ultrapassando propósitos educativos de ensino-aprendizagem, fazendo parte do foro íntimo individual de cada sujeito.

Na concepção de Gadotti (1990) a avaliação é essencial à educação e inerente e indissociável quando concebida como problematização, questionamento e reflexão sobre a ação. Afirma ainda, que é necessária para que se possa refletir, questionar e transformar nossas ações. Além disso, para Demo (2010, p. 01) a avaliação “é procedimento normal, ainda que, muitas vezes, odioso. Em termos lógicos e linguísticos, a “distinção” dá o passo inicial: sem distinguir, classificar, definir, identificar não temos como lidar com a realidade”.

Conforme as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a avaliação é destinada a obter informações e subsídios capazes de auxiliar o desenvolvimento das crianças e a ampliação de seus conhecimentos, sendo constituída como um elemento de dimensões política, social e pedagógica, integrado ao fazer educativo (BRASIL, 1996). Já as diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos do Paraná afirma que no princípio da educação capaz de valorizar a diversidade e reconhecer as diferenças, o processo avaliativo é parte integrante da práxis pedagógica e deve estar voltado para atender as necessidades dos educandos, considerando o seu perfil e a função social da EJA, isto é, o seu papel na formação da cidadania e na construção da autonomia (PARANÀ, 2006).

De acordo o artigo 1º com a deliberação nº 007/99 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná:

A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio

trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor. §1.º- A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem. § 2.º- A avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino. § 3.º- A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo (PARANÁ, 1999).

A avaliação possui a função básica de diagnosticar, controlar e classificar. Diante destes aspectos, segundo Haydt (2000) existem três modalidades de avaliação:

Avaliação diagnóstica: permite diagnosticar as dificuldades dos alunos, e tem o objetivo auxiliar o professor a determinar quais são os conhecimentos e habilidades que devem ser retomados antes de introduzir os novos conteúdos previstos no planejamento.

Avaliação Formativa: possibilita averiguar se os objetivos de aprendizagem foram alcançados, verificando se existe compatibilidade entre tais objetivos e os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades propostas. Configurando o principal meio através que o estudante tem para conhecer seus erros e acertos, o estimulando a um estudo sistemático dos conteúdos (Haydt, (2002).

Avaliação somativa: tem como função classificar os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, de acordo com os níveis de aproveitamento apresentados. Seu objetivo é classificar o aluno para determinar se ele será aprovado ou reprovado e está vinculada à noção de medir (HAYDT, 2000).

A avaliação da aprendizagem numa perspectiva transformadora é essencial e urgente para os sujeitos da EJA, como um meio possibilitar a aprendizagem significativa, promovendo à apropriação dos conteúdos e dos saberes necessários, para sua inserção social, não só no mundo do trabalho, mas também como sujeitos constitutivos e protagonistas da sociedade em que vivem (SOARES, 2010).

A avaliação, portanto, faz parte de um processo maior, devendo ser utilizado no sentido de acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como também, no sentido de apreciação final sobre o que o educando pôde obter em um determinado período. Porém, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras. Quando a avaliação acontece ao longo do processo, e tem como objetivo reorientá-lo, é conhecida como avaliação formativa. E quando ocorre ao final do processo, e tem

como finalidade apreciar o resultado do processo, recebe o nome de avaliação somativa. Uma não é melhor, nem pior. Elas apenas têm objetivos diferenciados (FERNANDES, 2007, p. 35).

Luckesi (1999, p.118), considera que "a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto". Na mesma direção, afirma Buriasco (2004, p.4) que:

A avaliação deve contribuir para que os alunos tomem consciência do que sabem, do que dominam e que ela é a base fundamental para seus futuros esforços. Ela também deve conscientizar os alunos de que suas lacunas, erros e insuficiências são comuns em um efetivo processo de aprendizagem.

É neste cenário que se deve intensificar discussões a respeito da avaliação da aprendizagem como elemento didático necessário e permanente do trabalho, pois é através deste processo que os resultados são obtidos no decorrer da aquisição do conhecimento. Assim, avaliar é uma tarefa complexa que deve ser pensada além da realização de provas e atribuições de notas.

Conforme Luckesi (1999) a avaliação deve ultrapassar o ato de planejar e de executar; contribuindo para o percurso da ação planejada. Deve se fazer presente não só na identificação da perspectiva político social, mas também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. O autor acrescenta que é uma ferramenta presente no cotidiano do ser humano, fazendo parte de seu modo de agir e, por isso, deve ser utilizada da melhor forma possível.

Durante o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação deve ser diagnóstica, contínua, sistemática, abrangente e permanente, utilizando técnicas e instrumentos diversificados e, deve ser compreendida como uma prática que alimenta e orienta a intervenção pedagógica e pela qual se estuda e interpreta os dados da aprendizagem (PARANÁ, 2012, p. 11).

Tendo em vista que o foco deste trabalho é a avaliação escolar e o papel do Conselho de Classe nas escolas que trabalham a Educação de Jovens e Adultos, pretende-se a partir de agora abordar esta modalidade de educação.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA é uma modalidade de ensino que valoriza o sujeito favorecendo a inclusão social, trazendo de volta à escola, jovens e adultos que por diversas dificuldades, não permaneceram no ensino regular. Na Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996, a EJA é tratada de forma específica, na seção V, constando de seus artigos 37 e 38 onde afirmam:

Art.37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Art. 38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular (BRASIL, 1996).

A EJA é uma modalidade de ensino de extrema importância pela possibilidade de ofertar alternativa educacional para indivíduos que foram excluídos da escola regular. Sua fundamentação legal está pautada pela LDB 9394/96, pela Resolução CNE/CEB Nº 01/2000 e também pelo Parecer CNE/CEB Nº 11/2000 (BRASIL, 2002).

O curso de EJA pressupõe um olhar diferenciado para seu público, acolhendo de fato seus conhecimentos, interesses e necessidades de aprendizagem. Para isso, deve-se ter uma proposta flexível e adaptável às diferentes relações sociais, necessidades dos alunos e da comunidade, meio ambiente, cidadania, trabalho e exercício da autonomia (PARANÁ, 2012).

Conforme Freire (2007) não há nada melhor para o desenvolvimento dos alunos, que o respeito aos conhecimentos com os quais o aluno já chega ao ingressar na escola, sendo dever do professor de instigar para que esses conhecimentos sejam ampliados e melhor entendidos em um contexto amplo.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (BRASIL, 2007, p. 11).

Segundo Arroyo (2007) a EJA deve ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com

configurações concretas. Esses jovens e adultos encontram-se, na maioria das vezes, à margem do processo educacional, pois não se mantiveram na escola tendo que se submeter ao mercado de trabalho.

É necessário nos conscientizarmos de que estão privados dos bens simbólicos que a escolarização deveria garantir, porém, é preciso superar a ideia de que a EJA seja vista como política de continuidade na escolarização, propiciando uma segunda oportunidade àqueles que não tiveram acesso à escola (ARROYO, 2006).

Para Arroyo (2007) não tem sido fácil construir a articulação entre a EJA e o sistema escolar. A EJA tem uma história longa, muito rica, densa, que merece ser conhecida para que se possa pensar em uma nova educação de jovens e adultos.

Não podemos pensar numa alfabetização de jovens e adultos centrada no autoritarismo e na compreensão mágica da palavra doada pelo professor ao educando; ao contrário, o que se põe é uma alfabetização como ato do conhecimento, como ato criador e como ato político (FREIRE, 1977, p.21).

A educação de jovens e adultos deverá ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização. Um novo olhar deverá ser construído, reconhecendo-os sujeito dos direitos humanos.

Conforme as Diretrizes Curriculares da EJA o educando torna-se sujeito na construção do conhecimento mediante a compreensão dos processos de trabalho, de criação, de produção e de cultura. Passando a reconhecer-se como sujeito do processo e a confirmar saberes adquiridos para além da educação escolar, na própria vida. Trata-se, portanto, da comprovação de que esta modalidade de ensino permite a construção e a apropriação de conhecimentos para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, de modo que o educando ressignifique suas experiências socioculturais (PARANÁ, 2006).

Dessa forma, a EJA adquire novas dimensões, onde o olhar sobre os educandos se alarga, devendo reestruturar as didáticas, os conteúdos, as avaliações, os procedimentos, tempos e espaços a serem levados em conta na sua reconfiguração.

3.1 SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS NA EJA

De acordo com a Deliberação N.º 05/10 do Paraná que estabelece normas

para a EJA no Ensino Fundamental e Médio do sistema de ensino do Paraná o sistema de ensino para jovens e adultos no estado do Paraná oferece cursos fundamental e médio nos sistemas de atendimento presencial no sistema individual e coletivo (PARANÁ, 2010).

3.1.1 Sistema Coletivo

Conforme o Manual de orientações de Educação de Jovens e Adultos elaborado pela Secretaria de Educação do Paraná, a Organização do Sistema Coletivo é programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula o período, dias e horário das aulas, com previsão de início e término de cada disciplina, oportunizando ao educando a integralização do currículo (PARANÁ, 2012).

A mediação pedagógica ocorre priorizando o encaminhamento dos conteúdos de forma coletiva, na relação professor/educando e considerando os saberes adquiridos na história de vida de cada educando. Este tipo de organização destina-se, preferencialmente, àqueles que têm possibilidade de frequentar com regularidade as aulas, a partir de um cronograma pré-estabelecido. Nesta organização o aluno pode alcançar 25% de faltas e as salas possuem no máximo 25 alunos (PARANÁ, 2012, p. 36).

3.1.2 Sistema Individual

De acordo com Manual de orientações de Educação de Jovens e Adultos elaborado pela Secretaria de Educação do Paraná a organização Individual, destina-se àqueles educandos trabalhadores que não têm possibilidade de frequentar com regularidade as aulas, devido às condições de horários alternados de trabalho e para os que foram matriculados mediante classificação, aproveitamento de estudos, reclassificados ou desistentes e quando não há, no momento em que sua matrícula é reativada, turma organizada coletivamente para a sua inserção. Neste tipo de organização a escola oferece aos educandos um cronograma que estipula os dias e horários das aulas, contemplando o ritmo próprio do educando, nas suas condições de vinculação à escolarização e nos saberes já apropriados (PARANÁ, 2012).

Nessa organização, o aluno pode fazer seu horário e tem um prazo de dois anos para concluir a carga horária da disciplina, sendo que as salas são de 10

alunos no máximo, e de séries variadas, podendo ser Ensino Fundamental e Médio simultaneamente, respeitando cada série do aluno.

3.1.3 Avaliação na EJA

A avaliação na EJA também tem finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos educandos, diagnosticando os resultados e atribuindo-lhes valor. Dessa forma o educador tem em suas mãos um instrumento que possibilita a retomada de ações pedagógicas em favor de uma aprendizagem significativa.

A avaliação implica o coletivo da escola e possibilita a indicação de caminhos mais adequados e satisfatórios para a ação pedagógica. Em outras palavras, a avaliação não pode ser um mecanismo para classificar, excluir ou promover o aluno, mas um parâmetro da práxis pedagógica que toma os erros e os acertos como elementos sinalizadores para o seu replanejamento (PARANA, 2012, p. 42).

De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos do Paraná, o processo avaliativo deve estar pautado no princípio da educação para a valorização da diversidade e para o reconhecimento das diferenças. Tal processo faz parte da práxis pedagógica e deve atender as necessidades dos educandos considerando o seu perfil e a função social da EJA, ou seja, no seu papel na formação da cidadania e na construção da autonomia (PARANÁ, 2006, p. 42).

Neste contexto, Nascimento, Bassane e Pinel (2009) acrescentam que na EJA, a avaliação não deve mensurar simplesmente fatos ou conceitos assimilados, mas sim, o caráter diagnóstico que possibilita averiguar a posição do educando face às novas aprendizagens que lhes serão propostas e as aprendizagens anteriores que serviram de base àquelas, que algumas vezes apontam a necessidade de ressignificação da avaliação quando esta se confundir com procedimentos de medida, voltados à seleção e classificação.

Além disto, a Deliberação nº 05/10 do Conselho de Educação do Paraná, prevê que a avaliação da aprendizagem será expressa por um parecer final, individual, que apresente no mínimo 60% (sessenta por cento) de aproveitamento dos conteúdos desenvolvidos em cada disciplina e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência (PARANÁ, 2010).

Ao término da carga horária da disciplina ofertada na organização coletiva, o aluno que não atingir média 6,0 em todos os registros de nota exigidos, nem mesmo com a recuperação concomitante, o professor antes do término do coletivo, deverá indicar o remanejamento para a organização individual para que o educando tenha o tempo necessário, ao seu ritmo de aprendizagem, para apropriação dos conteúdos faltantes para a conclusão da disciplina (PARANÁ, 2012).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada através de um questionário com quatro questões abertas (Apêndice A) aplicado a 10 professores (que deveriam estar atuando no ano de 2013, ou ter atuado nos 2 últimos anos) de três escolas estaduais na cidade de Londrina que possuem Educação de Jovens e Adultos. No entanto, tratou-se das questões 1, 2 e 4, tendo em vista a redefinição da problemática de pesquisa durante a pesquisa de campo.

Portanto, a terceira questão foi retirada porque a princípio o objetivo com o questionário era investigar a aprovação automática, mas a partir dos resultados da pesquisa de campo a temática foi alterada para o papel do Conselho de Classe na avaliação de desempenho dos alunos, tendo em vista que a maioria dos professores abordaram em suas respostas a existência da aprovação automática.

4.1 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O primeiro questionamento se referiu ao conhecimento do PPP e sobre a concepção de avaliação prevista neste documento. Quanto a esta concepção, oito professores afirmaram conhecer o PPP.

O Professor A afirma que enquanto atuava na EJA não conhecia o PPP porque a escola não disponibilizava uma cópia para acesso dos professores. Já o professor F afirmou “Não tenho muito tempo para ler o PPP”

Portanto, a grande maioria dos professores entrevistados conhecerem o PPP, no entanto, temos, no presente estudo, caso de professor que ainda não valoriza a construção coletiva do documento. Professor A “Quando atuava na EJA eu ainda não compreendia a importância do PPP”.

Veiga (2002) deixa claro que o projeto político-pedagógico deve ir além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. Por isso não deve ser construído e arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Dos oito professores que conhecem o Projeto Político Pedagógico, o

Professor F afirmou ter participado da construção coletiva do documento.

É importante neste momento, salientar a importância dos professores aderirem à elaboração do Projeto Político-Pedagógico, pois com isto se comprometem com o processo educativo, trazendo para as discussões sua visão de educação e ações possíveis de serem executadas e que possam melhorar a qualidade da educação na escola (LONGHI; BENTO, 2006).

Quanto à concepção de avaliação presente no documento todos comentaram que é um processo contínuo e necessário para orientar o trabalho pedagógico na tomada de decisões a respeito da aprendizagem do aluno para acompanhar, efetivar e garantir a qualidade do resultado do trabalho, priorizando o desenvolvimento do educando. O professor J que participou da construção do PPP da escola apresenta uma visão muito rica e clareza muito grande da perspectiva de avaliação formativa.

A concepção de avaliação consiste em atribuir aspectos relevantes de conhecimento e da aprendizagem do aluno, visando uma tomada de decisão. Orienta a situação didática que envolve o educando e o professor, com a pretensão de servir de base para a reflexão e tomada de consciência sobre a prática educativa. Não pode ser um instrumento de exclusão dos alunos menos favorecidos, quando não se leva em conta as particularidades dos educandos. Portanto, a avaliação deve ser democrática, favorecendo o desenvolvimento da capacidade do educando em aprimorar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente. O importante é estabelecer um diagnóstico correto para cada aluno e identificar as possíveis causas de seus fracassos e dificuldades (PROFESSOR J).

Além disso, os 10 professores afirmaram que a avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem, pois mostra ao professor como está a aprendizagem dos alunos, quais os avanços foram conquistados e quais suas deficiências, assim possibilitando a intervenção no sentido da superação de possíveis dificuldades.

A avaliação é vista como parte integrante do processo ensino e aprendizagem, pois é ela que leva o professor a definir o nível de entendimento do aluno, rever sua prática e encontrar novas metodologias para que se possa auxiliar o aluno a compreender conceitos e realizar tarefas, contextualizar os conteúdos que trazem de sua vivência, estabelecendo um intercâmbio com os conhecimentos novos (Professor J)

Percebe-se que a fala dos professores sobre concepção de avaliação está pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Além disso, também nos

remete a Luckesi (1999, p. 42), quando afirma ser um ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto. Gadotti (1990) também compartilha com a mesma concepção, pois a considera essencial à educação, inerente e indissociável quando concebida como problematização, questionamento e reflexão sobre a ação. Vem também ao encontro da fala de Fernandes (2007) quando comenta que faz parte de um processo maior utilizado para o acompanhamento do desenvolvimento do aluno no sentido de apreciação final do que o educando pôde obter em um determinado período, não com o objetivo de classificar, mas com vistas a planejar ações educativas futuras.

Portanto, a avaliação é uma parte integrante do processo ensino aprendizagem que leva o professor a definir o nível de entendimento do aluno, norteando a revisão da prática educativa através de novas metodologias que possibilitem o aluno a se apropriar do conhecimento.

4.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ADOTADOS E AS AÇÕES DIANTE DOS QUE NÃO ALCANÇARAM DESEMPENHO SATISFATÓRIO

A segunda questão abordou os critérios avaliativos adotados pelos professores e as ações desempenhadas em relação ao aluno que não atingiu o desempenho suficiente para seguir para outra fase do aprendizado.

Sete professores afirmaram que para a avaliação do aprendizado são utilizadas técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, participação em trabalhos coletivos, ou individuais, atividades complementares para elevar o grau de aprendizado e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

Avaliamos através de atividades diversificadas utilizando a somatória de avaliações efetuadas. Caso o aluno não consiga atingir o objetivo, ele tem a oportunidade de fazer outra avaliação. Porém antes desta nova avaliação procuro explicar o que o aluno não teve a compreensão relacionando ao conteúdo, As ações vão se diversificando, até conseguirmos atingir os objetivos (PROFESSOR I).

Essas diversas técnicas e instrumentos diversificados estão previstos no Manual de orientações da educação de Jovens e Adultos do Paraná, que não permite que os aluno seja submetido a uma única oportunidade e técnica de aferição, pois o documento preconiza que:

A avaliação deve ser diagnóstica, contínua, sistemática, abrangente e permanente, utilizando técnicas e instrumentos diversificados utilizando técnicas e instrumentos diversificados e, deve ser compreendida como uma prática que alimenta e orienta a intervenção pedagógica e pela qual se estuda e interpreta os dados da aprendizagem (PARANÁ, 2012. p.11).

Na modalidade EJA, são registradas de duas a seis notas por disciplina, que corresponderão a provas individuais escritas e a outros instrumentos avaliativos adotados que deverão obrigatoriamente acontecer na presença do professor .

Se o aluno não atingir a média necessária durante o ciclo ou série antes da entrega da nota de cada etapa, existe a obrigatoriedade da retomada de conteúdos, a fim de recuperação de notas e conteúdos. Além disso, durante o processo de ensino e aprendizagem, toda vez que o professor constatar que o aluno está com dificuldades deverá oferecer estratégias que favoreçam as novas aprendizagens. Para tanto, é necessário replanejamento do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de atividades de reforço, ampliação de atividades de apoio, revisão das atividades de ensino e planos individuais de ação.

De acordo com Professor B: “Avaliação somativa com questões objetivas mescladas com dissertativa. Quando o aluno não atinge 60% do valor da avaliação faço recuperação paralela e aplico outro instrumento avaliativo”.

A recuperação de conteúdo e de notas é realizada pelos sete professores. Tal procedimento é o correto, pois está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de Dezembro de 1996 – LDB 9394/96, em seu capítulo II, inciso V, que apresenta:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Tendo em vista que as expectativas de aprendizagem devem orientar a superação de dificuldades também por meio da recuperação paralela, cabe ao professor oferecer oportunidades de aprendizagem de forma que as dificuldades diagnosticadas possam ser superadas. A Recuperação Paralela é, portanto, tomada aqui como um dos mecanismos que a escola possui para atender à diversidade de características e ritmos de aprendizagem dos alunos.

Preocupante é a fala de um Professor que atua na EJA e não tem tempo de ler o PPP em relação ao sistema de avaliação e os instrumentos avaliativos:

Faço uma prova que ele tenha que interpretar com questões subjetivas, onde o aluno no geral vai mal, porque mal sabe interpretar ou as vezes até lê com dificuldades. Outra avaliação faço com questões objetivas onde ele tem mais facilidade, mas a cada tema trabalhado é feito um debate sobre o assunto (PROFESSOR F).

Esta concepção deixa claro que a função somativa da concepção de avaliação, com o propósito de oferecer subsídios para o registro das informações relativas ao desempenho do aluno.

4.3 A REPROVAÇÃO DOS ALUNOS É RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR DA DISCIPLINA OU É DISCUTIDA NO CONSELHO DE CLASSE

Os sete professores que atuam na EJA afirmaram que não existe reprovação nesta categoria de ensino. NA EJA quando o aluno não atinge 60% de aproveitamento, os professores são orientados a elaborar atividades de recuperação até que o aluno atinja o aproveitamento mínimo.

Nós não trabalhamos desta forma. Por isso, a reprova em nosso trabalho não existe. O que efetuamos é se o aluno está no coletivo ele passa para o atendimento individual e vamos acompanhando o aluno e atendendo de acordo com a individualidade e necessidade de cada um, até atingir o objetivo (PROFESSOR I)

O que deveria acontecer, de acordo com as Diretrizes Curriculares para o Ensino de Jovens e Adultos é: quando o aluno, após a recuperação, ainda assim não atingisse o 60% de aproveitamento, seria a transferência para o sistema individual para que o mesmo pudesse atingir o aproveitamento mínimo no seu tempo de aprendizagem (PARANÁ, 2006).

No entanto, isso não acontece porque são orientados pela equipe pedagógica que ele precisa ficar com nota 6,0, conforme a fala do Professor B: “Enquanto o aluno não atingir 60% dos conteúdos ele não avança para outra etapa”. Ou ainda, de acordo com o professor H: “Não tem reprovação se o aluno tiver presença”. Já o Professor D: “O professor deve utilizar todos os recursos para avaliar o aluno que deve tirar no mínimo 6,0 como é exigido”.

Já o professor F que não leu o PPP foi mais enfático “O aluno matriculado na EJA, não reprova porque o próprio sistema de avaliação passa, não pode existir nota inferior a 6,0”. Percebe-se nesta fala que não ficou claro a que sistema de avaliação o professor estava se referindo.

Dois professores que atuam no EJA afirmaram que não existe Conselho de Classe no EJA. De acordo com Professor A “O Conselho de Classe não se envolvia nas questões de aprovação ou reprovação, passando a ser algo mais específico no professor da disciplina”. E um deles disse existir Conselho de Avaliação.

Nesta escola não existe Conselho de Classe e sim Conselho de Avaliação onde são discutidos os casos de alunos que possuem dificuldades de aprendizagem e pontualmente busca-se soluções para acompanhar o aluno no processo ensino e aprendizagem (PROFESSOR G).

Não foi possível através de pesquisas em documentos oficiais confirmar o motivo de não existir Conselho de Classe na EJA. Além disso, nos documentos não existem comentários sobre Conselho de Avaliação. Essa é a grande questão, a qual precisa ser discutida e pesquisada futuramente.

O professor C justifica a não existência do Conselho de Classe através da seguinte fala: “Não tem como fazer Conselho de Classe, porque o aluno faz apenas quatro disciplinas por período e nem todos os professores iriam conhecê-lo”. Salienta-se neste momento a necessidade de realizar o Conselho de Classe independente do número de professores, o que importa são as discussões coletivas sobre o processo de ensino e aprendizagem as dificuldades e as estratégias que devem ser adotadas para que o aluno que não atingiu o objetivo tenha outra oportunidade de recuperar a nota e os conteúdos.

A reprovação de acordo com três professores que não atuam na EJA deve ser um assunto discutido nas reuniões pedagógicas, e nos Conselhos de Classe, não no sentido de encontrar culpados, mas sim rever práticas pedagógicas e traçar estratégias para que a reprovação dos alunos só aconteça quando se possibilitou a oportunidade de recuperação e realmente o aluno não tenha como acompanhar a série seguinte.

Segundo Professor J: “aprovar ou reprovar é consequência de um trabalho realizado durante o período letivo, onde deve existir responsabilidades de todos”.

Para que o Conselho de classe se aproxime da sua real função, Pizzoli (2009) afirma que é necessário possibilitar crescimento intelectual para os alunos

com dificuldades, é preciso que a discussão volte-se para a avaliação do trabalho pedagógico, com o objetivo de reconduzir as ações pedagógicas de forma planejada.

Neste sentido, a Secretaria da Educação, afirma que o Conselho de Classe deve ser um espaço asseguradamente coletivo, onde aconteça um momento de discussão coletiva e de articulação de ações e encaminhamentos visando reavaliar, não somente a aprendizagem do aluno, mas também toda a organização do trabalho pedagógico (PARANÁ, 2013).

A reprovação em primeiro lugar é voltada ao professor, depois discute-se em Conselho de Classe o destino do aluno, mas em minha opinião é que deveria manter o aluno reprovado, caso ele fique em mais de três disciplinas, pois as oportunidades são dadas durante o ano igualmente para todos (PROFESSOR E).

Ou ainda conforme o Professor J: “A reprovação é um assunto discutido e de responsabilidade de cada pessoa envolvida no processo de ensino e aprendizagem e nas reuniões pedagógicas e do Conselho de Classe”.

Portanto, o Conselho de Classe é essencial em todas as modalidades de ensino, seja ela regular, EJA, e inclusive na educação à distância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão levantada por este trabalho demonstrou a necessidade de priorizar o planejamento pedagógico voltado às formas de se avaliar o conhecimento, bem como a validade destes métodos para a construção dos conhecimentos nos alunos e o comprometimento de todo um sistema educacional neste sentido.

Os colegiados reunindo representantes de professores, agentes pedagógicos e direção escolar, na figura dos conselhos de classe, têm papel fundamental em seus encontros pontuais, a cada final de semestre, para analisarem situações e propor o veredicto de aprovações e reprovações a partir de uma situação geral do aluno.

Os conselhos de classe preconizam avaliar todo o trabalho educativo sobre os alunos, trazendo à discussão o contexto de assiduidade, comportamentos, dificuldades de aprendizagem e principalmente desempenhos avaliativos. Toda essa situação tem seu acompanhamento também sendo monitorado pelos órgãos reguladores do estado, responsáveis pelo contexto educacional no país, conforme a constituição.

Em um cenário de discussões e deliberações, as ações dos conselhos de classe precisam seguir a linha de pensamento ético e responsável com a formação digna do aluno, determinando sua aprovação pelos rígidos desempenhos preconizados segundo os planos pedagógicos. Todo desempenho educacional precisa ser estritamente avaliado de acordo com os critérios de formação exigidos para o bom andamento social, mesmo que isso venha a influenciar negativamente, nos indicadores pedagógicos escolares. Nesse sentido, existem todas as propostas de capacitações e de encontros entre responsáveis pela educação em todo início dos trabalhos. Este período deve realmente ser utilizado para adequações do processo metodológico educacional.

Além de levantar a questão importante do papel do conselho de classe no contexto educacional, este trabalho também proporcionou integrar na discussão, o papel desse órgão voltado ao processo de Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde a visão do colegiado precisa ser mais detalhada do aluno, levando em consideração também o contexto dos momentos educacionais, uma vez que a faixa etária sempre estará com alguma desproporção com a idade escolar. Assim, é

fundamental que se possa entender, com as metodologias específicas para este contexto, a real evolução ou não do aluno.

A principal descoberta fruto desta pesquisa foi a não existência do Conselho de Classe na modalidade EJA. Fica uma pergunta a ser discutida em outra oportunidade: o grande debate em torno da reprovação do aluno regular a partir dos Conselhos de Classe não ocorre na Educação de Jovens e Adultos. Por quê? Essa é a questão que fica sem resposta, para futuros aprofundamentos.

Os papéis das ações deliberativas escolares, como os conselhos de classe, são de extrema importância para as ações organizacionais do contexto escolar. Elas precisam seguir o seu contexto ético e transparente, seguindo as imparcialidades previstas pelos PPPs. Situações que fogem desse contexto precisam ser excluídas do ambiente educacional. Esse processo é fundamental para o bom andamento do desempenho da educação, principalmente quanto à educação dos jovens e adultos.

Portanto, pensando no real propósito da avaliação para tomada de atitudes que favoreçam a aquisição do conhecimento apreendido no processo pedagógico, se insere o Conselho de classe que representa o movimento de totalidade de organização do trabalho na escola, sendo um dos componentes chaves para tomadas de atitudes e decisões para a recondução da prática pedagógica.

Sugere-se como trabalho futuro a investigação do porquê das escolas não contemplarem o Conselho de Classe para a Educação de Jovens e adultos. Seria necessário ouvir professores, equipe pedagógica, pais, alunos e o Núcleo Regional de Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens – adultos populares? **Revej@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos**, V. I; 2007.

_____. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: SOARES, L., GIOVANETTI, M. A., GOMES, N. L. (org). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para educação de Jovens e Adultos**, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Programa Nacional De Integração Da Educação Profissional Com A Educação Básica Na Modalidade De Educação De Jovens E Adultos.** Brasília. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Entenda as metas de qualidade.** 2013. Disponível em < http://antigo.se.df.gov.br/300/30001007.asp?ttCD_CHAVE=13393> Acesso em 23/07/2013.

BURIASCO, R. L. C. de. Análise da produção escrita: a busca do conhecimento escondido. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO., 12, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2004. v. 3, p. 243-251.

CARRION, Vanessa; NOGARO, Arnaldo. **A articulação do processo avaliativo na educação infantil.** 2007. Disponível em <<http://nogaroaprendizagem.blogspot.com/2007/11/articulao-do-processo-avaliativo-na.htm>>| Acesso em 18/06/2013.

DEBATIN, Marisa. **O conselho de classe e sua relação com a avaliação escolar: um estudo em escolas da rede pública estadual de Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DEMO, Pedro. **Avaliação.** 2010. Textos discutíveis 8. Disponível em < <https://docs.google.com/document/pub?id=1xMWqBGpVIEReQIMtGd8yoC8ZStVEUexJBt1q0hFlliM>> Acesso em 05/03/2013.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Uma só escola para todos:** caminhos da autonomia escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

GIANCATERINO, Roberto. Avaliação do ensino/aprendizagem: um discurso político desvinculado da realidade do educando. Disponível em <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/avaliacao-ensino-aprendizagem-um-discurso-politico-.htm>> Acesso em 18/06/2013.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 2000.

LUCKESI, c. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LONGHI, Simone Raquel Pagel; BENTO, Karla Lucia. Projeto Político-Pedagógico: uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG.** Vol. 3 n. 9 - jul.-dez./2006

MARCON, Maria de Fátima Tremba. **Conselho de classe com perspectiva de evolução qualitativa Do ensino e aprendizagem.** In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2008. Curitiba: SEED/PR., 2011. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2310-8.pdf>> Acesso em 12/04/2013.

MELLO, Guiomar Namó de, **Cidadania e competitividade:** desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo, Cortez, 2002.

MESQUITA, Silvana. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 76, Sept. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362012000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Oct. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362012000300009>.

NADAL, Beatriz Gomes. O conselho de classe no âmbito da gestão Democrática do trabalho pedagógico. **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino.** UNICAMP. Campinas – 2012. Disponível em <<http://www2.unimep.br/endipec/2019d.pdf>> Acesso em 12/04/2013.

NASCIMENTO, Claudenice Maria Vêras; BASSANI, Elizabete; PINEL, Hiran. **Avaliação da aprendizagem na educação de jovens e adultos:** buscando sentidos. 2009. Disponível em <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/63b.pdf> Acesso em 23/07/2013.

OLIVEIRA, R.P. & SOUZA, S.M. Z. L. (Coord.). **Sistemas de Avaliação Educacional no Brasil: características, tendências e uso dos resultados.** Relatório final. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2007.

OLIVEIRA, Márcia de. **O papel do conselho de classe na escola pública atual**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2008. Curitiba: SEED/PR., 2011. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2199-6.pdf>> Acesso em 12/04/2013.

PARANÁ. Secretaria De Estado Da Educação. Superintendência Da Educação. **Diretrizes curriculares da educação de jovens e adultos**. Curitiba. 2006

PARANÁ. Secretaria Do Estado Da Educação Do Paraná. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação De Gestão Escolar. **Sobre conselho de classe, critérios e acompanhamento da avaliação Escolar**: o papel da SEED, dos estabelecimentos de ensino e orientações legais. Disponível em <<http://www.uel.br/cce/fisica/pet/Conselhodeclasse.pdf>> Acesso em 23/02/2013.

PARANÁ. Conselho Estadual de educação. **Deliberação N.º 05/10**. Estabelece Normas para a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio do Sistema de Ensino do Paraná. Curitiba, 02 de dezembro de 2010. Disponível em <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao052010.pdf>> Acesso em 14/04/2013.

PARANÁ. Conselho Estadual de educação. **Deliberação n.º 007/99**. Dispõe sobre as normas gerais para avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do sistema estadual de ensino, em nível do ensino fundamental e médio. Curitiba. 1999. Disponível em <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao071999cee.pdf>> Acesso em 14/04/2013.

PARANÁ. Conselho Estadual de educação. **Deliberação n.º 016/99**. Dispõe sobre a elaboração do Regimento Escolar. Curitiba. 1999. Disponível em <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao161999.pdf>> Acesso em 14/04/2013.

PARANÁ. Secretaria De Estado Da Educação. Superintendência Da Educação. Departamento De Educação Básica. Coordenação Da Educação De Jovens E Adultos. **Manual de orientações Educação de jovens e adultos**. Curitiba 2012. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manual_orientacoes_eja_2012.pdf> Acesso 10/04/2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Diretrizes Curriculares de Matemática para a Educação Básica**. Curitiba: SEEP, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/semana/t_matematica.pdf>. Acesso em: 10/07/2013. .

PARANÁ. **Secretaria da Educação do Paraná vai avaliar 250 mil alunos da rede**

pública. 2012. Disponível em <
<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3989>> Acesso
 em 30/08/2013.

PIZOLI, Rita de Cássia. A função do conselho de classe na organização do Trabalho pedagógico escolar. **XV Congresso Nacional de Educação. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. PUCPR. 26 a 29 de outubro de 2009. Disponível em <
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3343_1498.pdf>
 Acesso em 05/03/2013.

ROCHA, Luciana Rebelo. **Funções E Propósitos Da Avaliação. 2010. Disponível em** <
<http://www.webartigos.com/articles/41730/1/FUNCOES-E-PROPOSITOS-DA-AVALIACAO/pagina1.html#ixzz0soYTc1T5>> Acesso em 30/04/2013.

ROCHA, Angelita Meira. **Recuperação Paralela: é possível?** 2009. Produção Didática (Unidade Didática). Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Secretaria do Estado da Educação Londrina. 2009.

SAMPAIO, Edilma Mota Rodrigues. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas escolas de Campo Grande/MS: a influência na prática pedagógica segundo os professores de Matemática. 2012. 158f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

SAVIANI. Dermeval. O Plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do Mec. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100. Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SOARES, Maria Zuleide Abrante. **Avaliação da Aprendizagem Escolar na EJA: Processo favorável à exclusão ou inclusão social?** Grupos De Trabalho. GT 3. Inclusão, diversidade e direitos humanos. 2010. Disponível em <
<http://www.catedraunescojea.org/GT03/COM/COM021.pdf>> Acesso em 18/10/2013.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.3. São Paulo, Libertad, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 14 ed. Papirus, 2002.

APÊNCICE

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Questionário com três questões aplicadas a dez professores de três escolas públicas estaduais de Londrina/PR que possuam Ensino de Jovens e Adultos.

- 1) Você conhece o Projeto Político Pedagógico (PPP) e qual a concepção de avaliação presente neste documento?

- 2) Qual o sistema de avaliação que você adota com seus alunos, e quais as ações diante dos alunos que não conseguiram alcançar o desempenho considerado satisfatório para a sua disciplina?

- 3) Se ao término do ano o aluno for considerado reprovado, existe alguma dificuldade em reprovar este aluno?

- 4) Na escola onde você atua a reprovação dos alunos é responsabilidade do professor da disciplina ou precisa ser discutida no Conselho de Classe?